

Declínio da extensão rural ameaça o agro

CESÁRIO RAMALHO DA SILVA
PRESIDENTE DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA

O fim da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), no começo dos anos 90, desencadeou o processo de declínio da assistência técnica rural de caráter público. Somente os estados que assumiram a conta conseguiram manter - arduamente, diga-se de passagem - o trabalho de extensão rural

A extensão rural no Brasil está sucateada. Dados do mais recente Censo Agropecuário do IBGE, que cobriu os anos de 1996 a 2006, mostram que a orientação técnica chega a apenas 22% dos estabelecimentos rurais do País.

O fim da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), no começo dos anos 90, desencadeou o processo de declínio da assistência técnica rural de caráter público. A Embrater, que tinha orçamento próprio similar ao da Embrapa, distribuía recursos para as unidades estaduais, batizadas de Emater. Calcula-se que, na época, 80% do orçamento de cada Emater tinha como origem o repasse federal.

Com o fim do órgão, somente os estados que assumiram a conta conseguiram manter - arduamente, diga-se de passagem - o trabalho de extensão rural. São os casos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e São Paulo por meio da CATI. Convênios, com municípios que têm como lastro

econômico o agronegócio, foram outra alternativa encontrada pelas Ematers, a fim de substituir a verba que era proveniente de Brasília.

O fato é que deixou-se de investir em algo básico e estratégico para a sustentabilidade do agro. Foi uma decisão míope, pautada apenas pela visão de cortar gastos.

Sem conhecimento técnico isento, o produtor ficou desatualizado, perdeu competitividade e tornou-se refém de fontes de informação de interesse particular. Além disso, o fabuloso trabalho de pesquisa desenvolvido pela Embrapa - que sofre com um caixa enxutíssimo -, IAC, Iapar entre outros centros de excelência científica tem seu benefício limitado. Se a novidade tecnológica não chega de maneira confiável ao produtor, por meio de uma boa extensão rural, do que vale o estudo científico?

Hoje, o profissional técnico mais próximo do produtor é o representante de vendas das empre-

sas de insumos. Este cenário cria um conflito de interesses. O vendedor - legitimamente - quer vender o seu produto. Tem como objetivo bater a meta do mês. Entretanto, o modelo minimamente aceitável exige que o produtor tenha uma orientação técnica independente. E isso, somente a extensão rural administrada ou mediada pelo Estado pode oferecer.

Precisamos de políticas governamentais eficientes de estímulo à assistência técnica rural. A lei federal de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), promulgada no início do ano, é um primeiro passo, mas que vem esbarrando na burocracia estatal.

A verdade é que o histórico do serviço público no Brasil é ruim em todas as áreas. Uma alternativa, que tiraria a responsabilidade de gestor e executor do Estado, deixando-o no papel de financiador e fiscalizador, seria subsidiar o produtor para que ele contrate assistência técnica rural por conta própria. Uma prestação de serviço adicional.

Para receber este crédito, o produtor se comprometeria a cumprir, por exemplo, uma série de requisitos relacionados à gestão ambiental da sua propriedade. Decerto modo, a Ater ensaia algo parecido. Mas, a situação está muito distante do que pode ser chamada de satisfatória e o produtor encontram-se desprotegido. Até o momento não observamos este importante assunto na agenda dos candidatos. O próximo presidente da República vai precisar encarar a questão.



SRB
SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA

Sociedade Rural Brasileira

Rua Formosa, 367, 19º andar - Anhangabaú - Centro

CEP 01049-000- São Paulo - SP

Tel: (11) 3222-0666 - Fax: (11) 3223-1780

www.srb.org.br

Jornalista Responsável: Ronaldo Luiz - ronaldo@srb.org.br